

## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)\*

Por Leonilde Servolo de Medeiros

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu de um conjunto de conflitos fundiários que emergiram no Sul do país e tinham por característica fundamental as ações de ocupação como forma de pressão para a conquista da terra, em oposição à estratégia privilegiada por sindicatos rurais, que era a de encaminhar esse tipo de demanda principalmente pelas vias administrativas, ou seja, elaborando relatórios de conflitos e enviando denúncias e solicitação de desapropriação a diversas instâncias do governo federal.

A origem do MST está vinculada ao intenso processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, em especial no Sul do país, na década de 1970, dificultando cada vez mais a reprodução das unidades familiares de produção, característica de vastas áreas do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Se, num primeiro momento, os projetos de colonização no Norte do país se constituíram em alternativa, o fracasso de vários deles e o retorno de muitos colonos, desiludidos com seus resultados, passaram a gerar, difusamente, uma recusa às propostas de colonização dos governos militares e a generalizar a reivindicação por acesso à terra em suas regiões de origem.

Nascido com forte apoio da Igreja, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ligado a algumas das chamadas oposições sindicais que começavam a se desenvolver em diversos pontos do país, a origem imediata do MST foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, a luta dos agricultores que perderam suas terras com a construção da barragem de Itaipu, no Paraná, e que constituíram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro) e a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina. Desse conjunto de eventos, todos no início da década de 1980, um dos mais significativos foi o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que mobilizou a opinião pública nacional e exigiu a intervenção do governo federal.

A partir das ocupações, começaram a ocorrer reuniões e articulações, visando a unificar essas lutas atomizadas. Em julho de 1982, realizou-se em Medianeira, no Paraná, o primeiro grande encontro de trabalhadores sem terra, com representantes dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais. No mesmo ano, em setembro, ocorreu novo encontro em Goiânia, com participantes de 16 estados. No ano seguinte, em Chapecó (SC) foi criada uma comissão regional provisória, composta por dois participantes de cada estado, que se reunia a cada três meses. Finalmente, em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o MST se institucionalizou como tal e elaborou seus princípios. Seu lema passou a ser “Terra não se ganha, se conquista”, valorizando a ocupação e os acampamentos, o que implicava a necessidade de criação de vigorosas formas de organização e de garantia de apoio às iniciativas. Com essas práticas, o MST conseguiu inscrever o tema da reforma agrária novamente nas grandes discussões políticas do país.

Sob o signo da Nova República e dos grandes debates que lhe foram concomitantes, o MST realizou seu primeiro congresso nacional em janeiro de 1985, em Curitiba (PR). Dele saiu uma série de reivindicações, tais como reforma agrária sob controle dos trabalhadores (em oposição ao movimento sindical, que falava em reforma agrária com participação dos trabalhadores), desapropriação de todas as propriedades com mais de 500 hectares, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “*com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos*”. Descrente da possibilidade de a Nova República realizar reforma agrária, o MST propunha-se a realizar

acampamentos e ocupações como formas de pressão. Uma das suas ações mais espetaculares foi a ocupação simultânea de 18 áreas no Oeste de Santa Catarina, no mesmo dia em que o governo anunciava o Plano Nacional de Reforma Agrária no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em maio de 1985. No fim de 1986, já havia mais de 90 acampamentos no país, a maior parte deles concentrada no Centro-Sul. Nesse momento, o movimento já procurava implantar-se nacionalmente.

Os acampamentos e as ocupações, marca característica da ação dos sem-terra, deram visibilidade à luta pela terra e criaram fatos políticos que exigiam resposta do governo. A eles se somavam marchas, caminhadas e romarias que se dirigiam do interior dos estados às capitais, chamando a atenção da opinião pública para o problema dos sem terra e forjando uma nova identidade que, em muitos momentos, acabou por ultrapassar o âmbito da ação do MST.

A retomada da luta por terra nesses moldes provocou, por um lado, a reação dos proprietários fundiários que, também acuados pelo anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária, passaram a se organizar politicamente para resistir às novas medidas e à possibilidade de uma reforma agrária e, também, a reagir às ocupações através de ações armadas, aumentando ainda mais a violência no campo. A expressão mais conhecida dessa aglutinação de interesses foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR).

Mas as mobilizações dos sem-terra obrigaram o governo a intervir, decretando uma série de desapropriações, e a reconhecer a situação de tensão social, inclusive com a realização de algumas operações de desarmamento no campo. Ainda por pressão do MST foi criado, no governo Sarney, um programa especial de crédito para os assentamentos (o Procerá).

No seu processo de expansão e consolidação, o MST também procurou ampliar sua base social. Num primeiro momento, ela era constituída principalmente por filhos de pequenos proprietários do Sul do país que, frente ao processo de modernização da agricultura e de valorização das terras, não conseguiram se reproduzir como tal, por arrendatários e por parceiros. À medida que se expandiu nacionalmente, o movimento passou a abrigar assalariados rurais (como é o caso de São Paulo e, mais recentemente, do Rio de Janeiro) e também trabalhadores da periferia urbana que encontraram nas ocupações de terra alternativas de sobrevivência (como são os casos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo). No ideário do MST, a luta pela terra foi se articulando com a crise urbana e com o debate em torno da necessidade de geração de empregos.

Do ponto de vista organizativo, o MST estrutura-se em comissões municipais, que se apoiam em núcleos. As comissões municipais articulam-se em comissões estaduais. No plano nacional, existe a Coordenação Nacional, liderada por João Pedro Stedile, composta por representantes de todos os estados em que o movimento atua. É ela que define os rumos do movimento e sua linha política. Além da Coordenação Nacional, há a Comissão Executiva, que decide os encaminhamentos que a Secretaria Nacional, com sede em São Paulo, deve fazer. Cabe a essa secretaria programar os cursos de formação (*um dos mais importantes investimentos do MST*) e também editar o jornal do MST (*"Jornal dos Sem Terra"*), que é mensal e vem sendo publicado com regularidade desde o início da década de 1980.

\* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>